



PAU DOS FERROS
Mais trabalho, mais compromisso
PREFEITURA

Secretaria de Governo
SEGOV

Lei nº 1514/15

Institui o Sistema Municipal de Turismo (SMT) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO**

Art. 1º A Política Municipal de Turismo consonante com os ditames da Constituição Federal art. 180, Lei nº 11.771/08 (Lei geral do turismo – LGT) e Lei Estadual nº 9.931 de 14/01/2015, estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão do turismo e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros/RN, com a participação da sociedade, no campo do turismo.

Parágrafo Único - A Política Municipal de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável.

CAPÍTULO I **DA CONCEITUAÇÃO**

Art. 2º Para fins desta Lei devem ser observados os conceitos:

I - Turismo é uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações, compra e venda de produtos e serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita.

II - Turistas são aqueles que se deslocam de sua residência, em busca de um conjunto de experiências e sensações, consumindo produtos e serviços. Pode-se também dizer que são visitantes temporários que permanecem pelo menos vinte e quatro horas no local visitado, com a finalidade de lazer, negócios, família, eventos.



III - Excursionistas são aqueles que permanecem menos de vinte e quatro horas e mais de quatro horas em local que não seja o de sua residência, com as mesmas finalidades que caracterizam os turistas, mas não pernoitam nesta localidade.

IV - Região Turística é o território caracterizado por um conjunto de espaços turísticos ou de interesse turístico, que possuem afinidades e complementaridades culturais ou naturais, que possibilitam o planejamento e a organização integrados, como também a oferta de produtos turísticos mais competitivos nos diferentes mercados, agregando força principalmente na gestão e promoção.

V - Demanda Turística é o número total de pessoas que viajam, ou gostariam de viajar, utilizando instalações ou serviços turísticos em lugares afastados de seus locais de residência e trabalho.

VI - Oferta Turística é o conjunto de atrativos, equipamentos, bens e serviços de alojamento, alimentação, de recreação e lazer, de caráter cultural, social, ambiental, econômico, entre outros, capaz de atrair e assentar num determinado local, durante um período determinado de tempo, um público visitante.

VII - Atrativos turísticos são locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los.

VIII - Atividades Turísticas são aquelas ligadas à hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, recepção turística, eventos, entretenimento, entre outras utilizadas pelos turistas em seus deslocamentos.

IX - Produto Turístico são atrativos, infraestrutura e serviços urbanos, equipamentos e serviços turísticos, acrescidos de facilidades, contando com uma gestão integrada, ofertados no mercado de forma organizada, por um determinado preço e caracterizados por uma imagem diferenciada.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º A Política Municipal de Turismo tem por objetivos:

I - Promover e divulgar o município e seus atrativos turísticos, propiciando o acesso ao turismo, a todos os segmentos populacionais, contribuindo para o bem estar coletivo;

II - Desenvolver, ordenar e promover o potencial turístico de forma participativa e sustentável, visando a ampliação dos fluxos turísticos, o tempo de permanência e o gasto médio dos turistas no município;

III - Agregar renda à economia local;

↓



IV - Auxiliar na redução das disparidades sociais e econômicas, promovendo o crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;

V - Descentralizar e desconcentrar o turismo municipal, estimulando o planejamento participativo das atividades turísticas de forma sustentável e a integração com a Região Turística;

VI - Estimular a integração com o setor privado e o terceiro setor para a realização de parcerias necessárias ao desenvolvimento turístico;

VII - Orientar empreendedores e empresários e estimular a competitividade do setor por meio da melhoria da qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços e a busca da diferenciação dos produtos;

VIII - Estimular a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo, bem como a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho;

IX - Implementar a produção, a sistematização, o intercâmbio e a divulgação de informações relativas à demanda, às atividades, atrativos e aos empreendimentos turísticos instalados no município e mantê-los atualizados;

X - Preservar a identidade cultural das comunidades Pauferrenses e grupos tradicionais, com a finalidade de fomentar o intercâmbio entre pessoas, proporcionando troca de costumes, culturas e etnias, para serem difundidas entre gerações;

XI - Prevenir e combater as atividades que se relacionarem a exploração e aos abusos de natureza Sexual, e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos públicos envolvidos.

TÍTULO II **DO SISTEMA MUNICIPAL DE TURISMO**

CAPÍTULO I **DA DEFINIÇÃO**

Art. 4º O Sistema Municipal de Turismo se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área de turismo, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental.

Art. 5º O Sistema Municipal de Turismo fundamenta-se na Política Municipal de Turismo expressa nessa Lei para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos, instituições e a sociedade civil.



CAPÍTULO II DOS COMPONENTES

Art. 6º Integram o Sistema Municipal de Turismo:

I - coordenação:

a) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT).

II - instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

a) Conselho Municipal de Turismo;

b) Conferência Municipal de Turismo.

III - instrumentos de gestão:

a) Plano Municipal de Turismo;

b) Sistema Municipal de Financiamento ao Turismo;

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Turísticos;

d) Sistema Municipal de Formação e Capacitação Turística;

SEÇÃO I DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 7º A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT) é órgão superior, subordinado diretamente a gestão municipal, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Turismo.

SEÇÃO II DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 8º Constituem-se instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Turismo:

I - Conselho Municipal de Turismo;

II - Conferência Municipal de Turismo.

SUBSEÇÃO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO



Art. 9º O Conselho Municipal de Turismo, órgão colegiado deliberativo, consultivo, e normativo, com composição paritária entre Poder Público Municipal e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Turismo.

Art. 10. O Conselho Municipal de Turismo será constituído por 08 membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - Representantes do poder público municipal:

- 02 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SECULT;
- 01 (um) representante da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA;
- 01 (um) representante de Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES;

II - Representantes da sociedade civil organizada:

- 02 (dois) representantes de organizações sem fins lucrativos;
- 01 (um) representante das empresas de hospedagem;
- 01 (um) representante dos proprietários de restaurantes, bares e similares.

§ 1º O Presidente do Conselho é detentor somente do voto de desempate.

§ 2º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou o servidor ocupante de cargo ou emprego público vinculada ao Poder Executivo do município;

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Turismo terá a duração de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução pelo mesmo período de 2(dois) anos.

Art. 11. Ao Conselho Municipal de Turismo compete:

I - Formular políticas, diretrizes, apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Turismo;

II - Garantir o cumprimento dos objetivos da Política Municipal de Turismo;

III - Deliberar, supervisionar e fiscalizar as ações do Fundo Municipal de Turismo;

IV - Analisar e emitir parecer aos projetos apresentados ao Fundo Municipal de Turismo;

V - Fiscalizar a realização e o cumprimento dos projetos financiados;

J



VI - Convocar técnicos para emissão de parecer sempre que necessário.

Art. 12. Compete à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo viabilizar ao Conselho Municipal de Turismo espaço físico para reuniões e material de expediente para realização de suas funções.

Art. 13. O desempenho do Conselho Municipal de Turismo será considerado de relevante interesse público e seus membros não serão remunerados.

SUBSEÇÃO II

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 14. A Conferência Municipal de Turismo constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, para analisar e propor diretrizes na área de turismo do município para a formulação de políticas públicas de Turismo.

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Turismo analisar, aprovar proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Turismo e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo convocar e coordenar a Conferência Municipal de Turismo.

Art. 15. Constituem-se instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Turismo:

- I - Plano Municipal de Turismo;
- II - Sistema Municipal de Financiamento ao Turismo;
- III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Turísticos;
- IV - Sistema Municipal de Formação e Capacitação Turística;

Parágrafo Único - Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Turismo se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

SEÇÃO III

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

SUBSEÇÃO I

DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 16. O Plano Municipal de Turismo tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Turismo na perspectiva do Sistema Municipal de Turismo.



Art. 17. O Plano Municipal de Turismo será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Turismo e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, na Lei Orçamentária Anual - LOA e no Fundo Municipal de Turismo.

Art. 18. O Plano Municipal de Turismo será aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo e submetido à homologação do Executivo Municipal através de Decreto específico.

SUBSEÇÃO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO AO TURISMO

Art. 19. O Sistema Municipal de Financiamento ao Turismo é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público do turismo, no âmbito do Município de Pau dos Ferros/RN, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo Único - São mecanismos de financiamento público do turismo, no âmbito do Município de Pau dos Ferros/RN:

- I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- II - Fundo Municipal de Turismo, definido nesta lei;
- III - Outros que venham a ser criados.

Art. 20. Fica criado o Fundo Municipal de Turismo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para financiamento das políticas públicas municipais de turismo.

Art. 21. O Fundo Municipal de Turismo se constitui em um mecanismo de financiamento com recursos destinados a programas, projetos e demais ações de turismo.

Art. 22. O Fundo Municipal de Turismo será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Turismo na forma estabelecida no regulamento, e poderá financiar projetos de turismo apresentados por pessoas físicas e jurídicas, conforme disponibilidade orçamentária por meio das modalidades:

- I - Induzida, via solicitações espontaneamente apresentadas ao Fundo.
- II - Indutora, via lançamento de editais.

Parágrafo Único - A prestação de contas será obrigatória independente da forma de concessão.



Art. 23. São receitas do Fundo Municipal de Turismo:

I - Dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Pau dos Ferros/RN e seus créditos adicionais;

II - Transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Turismo;

III - Doações e patrocínios;

IV - Auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

V - Saldos de exercícios anteriores;

VI - Outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas;

Art. 24. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Turismo com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluída a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento (5%) de suas receitas, observados o limite fixado anualmente pelo Conselho Municipal de Turismo.

Art. 25. Compete à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo com o apoio do Conselho Municipal de Turismo a elaboração dos editais do Fundo Municipal de Turismo e ao Conselho Municipal de Turismo a indicação de técnicos para avaliação, a aprovação dos projetos selecionados, a homologação e divulgação final dos resultados.

Art. 26. Os recursos provenientes do Fundo Municipal de Turismo serão destinados ao financiamento de até 100% (cem por cento) dos valores aprovados para os projetos selecionados.

§ 1º Os projetos da modalidade indutora beneficiados pelo Fundo Municipal de Turismo deverão apresentar contrapartida para o município de Pau dos Ferros/RN a ser definida de forma específica nos editais.

§ 2º Os projetos da modalidade induzida beneficiados pelo Fundo Municipal de Turismo deverão apresentar contrapartida para o município de Pau dos Ferros/RN a ser definida de forma específica no próprio projeto.

Art. 27. A utilização indevida dos recursos financeiros obtidos por meio do Fundo Municipal de Turismo, sujeita o proponente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à suspensão do direito de apresentar projetos de turismo por prazo de até 02 (dois) anos, à devolução ao Município dos recursos não utilizados na finalidade originalmente prevista, e à multa correspondente até o dobro do valor destes recursos.

+



Art. 28. Na seleção dos projetos deve-se ter como referência maior o Plano Municipal de Turismo e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Turismo.

SUBSEÇÃO III

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES TURÍSTICOS

Art. 29. Fica criado o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Turísticos – SMIIT, instrumento de reconhecimento das atividades e de gestão das políticas públicas municipais de turismo, de caráter normativo, regulador e difusor, que organiza e disponibiliza informações sobre os diversos segmentos turísticos.

Parágrafo único. A organização e manutenção do SMIIT ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT) através de sua respectiva coordenação e equipe técnica.

Art. 30. O SMIIT tem por finalidades:

- I - Reunir dados quantitativos e qualitativos sobre a realidade turística do município, por meio da identificação, registro e mapeamento dos diversos segmentos;
- II - Viabilizar a pesquisa, a busca por informações turísticas, a contratação de consultores técnicos e estimular toda a cadeia da economia do turismo, além de subsidiar o planejamento e a avaliação das políticas turísticas do Município;
- III - Identificar empresas, agentes de turismo, comunidades e grupos, que atuam no turismo;
- IV - Servir de instrumento para a busca por informações turísticas e a divulgação turística local;
- V - Ser um difusor dos atrativos turísticos naturais, culturais e artísticos do Município, facilitando o acesso ao seu potencial e dinamizando a cadeia produtiva;
- VI - Consolidar informações dos seus integrantes, para incentivar a participação na Conferência Municipal de Turismo e no Conselho Municipal de Turismo, que constituem instâncias deliberativas do Sistema Municipal de Turismo.

Art. 31. O SMIIT deverá ser organizado de acordo com Áreas Temáticas e com seus respectivos segmentos.

Art. 32. O SMIIT será disponibilizado em formatos impresso ou digital, terá sua implementação por meio de ato administrativo da Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT), em acordo com o Conselho Municipal de Turismo – CMT.

↓



Art. 33. Podem se cadastrar no SMIIT:

- I - Pessoas físicas com comprovada atuação na área turística;
- II - Agentes turísticos comprovadamente atuantes na cidade, que desenvolvam projetos turísticos em prol da cidade de Pau dos Ferros/RN;
- III - Pessoas jurídicas legalmente registradas, localizadas e atuantes na área turística em Pau dos Ferros/RN;
- IV – Outras pessoas físicas e jurídicas, observadas as finalidades previstas no art.33.

Art. 34. Pessoas físicas ou jurídicas podem se cadastrar em mais de uma área ou segmento.

Art. 35. Qualquer cidadão pode apresentar ao Conselho Municipal de Turismo – CMT impugnação fundamentada sobre pessoa física ou jurídica cadastrada no SMIIT.

SUBSEÇÃO IV **DO SISTEMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO** **TURÍSTICA**

Art. 36. Fica instituído o Sistema Municipal de Formação e Capacitação Turística – (SIFCAT), como um conjunto de ações contínuas voltadas para a formação, capacitação e recapacitação dos gestores turísticos e agentes turísticos, bem como para o fomento de pesquisas no campo turístico.

Parágrafo único. Para consecução dos fins previstos neste artigo, o Sistema Municipal de Formação e Capacitação Turístico tem por objetivos:

I - Capacitar e contribuir para profissionalização de gestores turísticos de instituições públicas e privadas dos setores turísticos locais, de forma a melhor qualificar a formulação de políticas e a gestão de programas, projetos e serviços turísticos oferecidos à população.

II - Estimular e fomentar, de forma gradual e ao longo do tempo, a qualificação em todos os segmentos vitais para o funcionamento de um complexo sistema turístico, em diferentes níveis de formação, e que envolvem as seguintes áreas:

a- Turismo Ecológico

b- Turismo Histórico-Cultural



- c- Turismo de Eventos
- d- Turismo Científico
- e- Turismo Rural
- f – Turismo Pedagógico
- g- Turismo de Negócios

III - Implementar e desenvolver um sistema voltado para a formação e aperfeiçoamento dos gestores do turismo, contemplando conteúdos e metodologias capazes de oportunizar a compreensão do turismo em múltiplos aspectos, utilizando-se os seguintes aspectos:

- a) A centralidade para a cidadania e para o desenvolvimento social e econômico;
- b) A compreensão das políticas públicas de turismo como resposta a realidades objetivas de bases locais e regionais;
- c) A compreensão da economia do turismo e dos modelos de financiamento público;
- d) A compreensão e apropriação de ferramentas de gestão de políticas e programas;
- e) A compreensão de que o planejamento estratégico é o momento de reflexão política e de correção de rumos, não se reduzindo a uma ferramenta de gestão;

IV - promover cursos de gestão e produção turística, nas suas diversas áreas.

Art. 37. Fica facultado ao Município buscar parcerias com as diversas instituições públicas e privadas, promotoras de formação e capacitação nos diversos níveis e segmentos turísticos da cidade, para fins de implementar os objetivos do SIFCAT.

Art. 38. A organização e manutenção do SIFCAT ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT).

Parágrafo único. O compromisso municipal com o SIFCAT deve ser exercido na forma de investimento em capacitação do corpo de servidores municipais atuantes na área turística e na criação de cursos, espaços de reflexão e debate sobre os temas do turismo e de seminários e palestras em torno de questões a ele pertinentes.

TITULO III **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

↓



PAU DOS FERROS
Mais trabalho, mais compromisso
PREFEITURA

Secretaria de Governo
SEGOV

Art. 40. O desempenho da função de Conselheiro Municipal será considerado de relevância social para o município.

Art. 41. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 42. Fica revogada a Lei nº 1487/2015 de 27 de Abril de 2015.

Sala de Despachos da Prefeitura do Município de Pau dos Ferros/RN, 17 de dezembro de 2015.


LUIZ FABRÍCIO DO RÊGO TORQUATO
Prefeito